

# DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

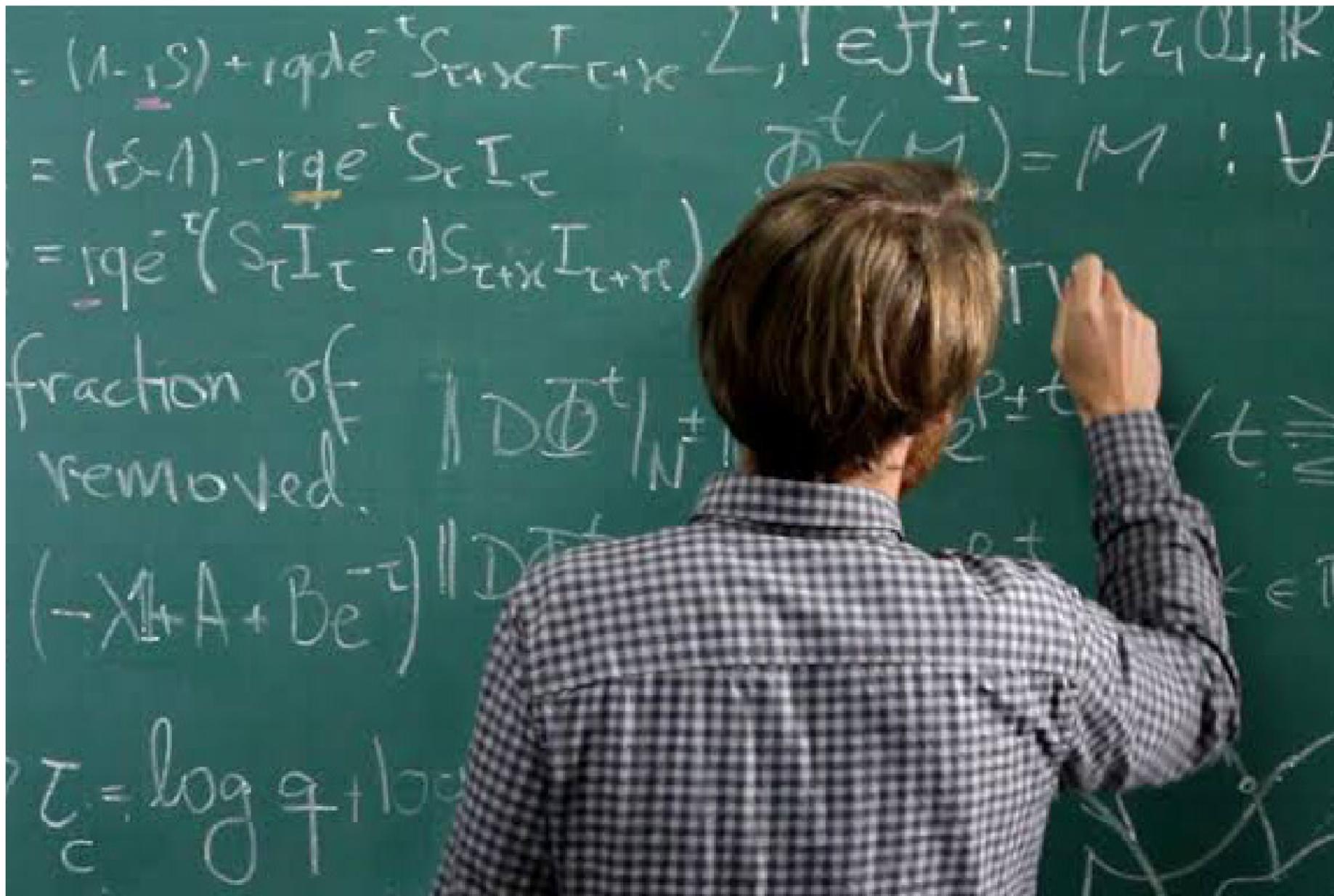
Agosto de 2023, Bauru - SP

ANO XXV - Nº 249



**SINSERM**

Sindicato dos Serv. Púb. Municipais de Bauru e Região



## JUSTIÇA MANDA PREFEITURA DE CABRÁLIA PAULISTA REAJUSTAR O PISO SALARIAL DOS PROFESSORES; DECISÃO CABE RECURSO

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) e os professores de Cabrália Paulista obtiveram uma grande vitória na luta pelo pagamento do piso salarial do magistério. Em sentença de primeira instância, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou procedente a ação do sindicato que reivindica a atualização dos salários pagos aos professores de Cabrália. A decisão condena o município de Cabrália Paulista a reajustar o piso salarial inicial da carreira, de forma a observar o piso salarial nacional, inclusive no caso de jornada inferior a 40 horas semanais, quando deverá ser pago o valor proporcional. O juiz decide ainda proceder à incidência escalonada com aplicação dos mesmos índices utilizados para a classe inicial da carreira em relação aos demais níveis, faixas e classes; e ao pagamento das diferenças vencidas e vincendas desde quando a requerida passou a não observar o piso salarial até a efetiva implantação do piso salarial nacional de 2023,

com os respectivos reflexos em adicionais temporais, gratificações, vantagens, 13º salário, férias, acrescidas de 1/3 e demais verbas que tenham o vencimento como base de cálculo. A sentença beneficia 14 professores que entraram na Justiça através do Sinserm e cabe recurso da prefeitura. Os trabalhadores procuraram o sindicato após uma longa batalha pelo piso e a entidade tentou estabelecer diálogo com o prefeito Odemil Ortiz de Camargo, a fim de solucionar a questão administrativamente. O chefe do Executivo alegou, no entanto, que o município não teria recursos financeiros para reajustar os salários e foi enfático ao dizer que só pagaria o piso por ordem judicial. O Sinserm celebra a decisão da Justiça como reconhecimento dos direitos da categoria e compreende a sentença como um recado positivo aos demais municípios que se negam ou prolongam o prazo para regulamentar o novo piso salarial.

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.





## SINSERM E PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM PARTICIPAM DE REUNIÃO COM A PREFEITA SUÉLLEN ROSIM

No dia 7 de agosto, a Comissão dos Profissionais de Enfermagem e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) se reuniram com a prefeita Suéllen Rosim e secretários municipais para discutir, mais uma vez, a implementação do novo piso salarial da categoria no município. Além da chefe do Executivo, participaram os secretários de Administração, Cristiano Zamboni; de Finanças, Everton Basílio e Saúde, Giulia Puttomatti.

A Comissão agradeceu o empenho da Administração nos últimos meses ao receber o grupo sempre que solicitado e dar o andamento adequado ao processo. A prefeita, por sua vez, reiterou que os profissionais não enfrentarão dificuldades impostas pelo Executivo municipal para receber os novos valores. Ela enfatizou que aguarda o recebimento dos recursos do governo federal para atualizar os salários.

Questionados sobre a elaboração de um Projeto de Lei (PL) que possibilite o pagamento do novo piso, Suéllen e os secretários afirmaram que aguardam os parâmetros a serem definidos pelas instâncias superiores para iniciar a redação, e argumentaram – como de costume – que antes de conceder qualquer reajuste, precisam analisar os eventuais impactos financeiros e actuariais para a prefeitura e a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev). Os profissionais da Comissão apresentaram um documento elaborado por eles, que comprova a viabilidade da implementação, com base nos cálculos realizados a partir dos dados fornecidos pela própria Administração.

Outra dúvida apresentada pelos servidores dizia respeito à natureza da atualização – se a prefeitura trabalharia

com a possibilidade de aplicar o novo piso no salário base de todos os trabalhadores ou como complemento salarial. Eles foram enfáticos ao dizer que a legislação prevê que o piso seja calculado a partir da base da grade.

A prefeita se comprometeu a seguir integralmente o que for definido pelos órgãos reguladores e que há total disposição da Administração municipal em pagar o piso de maneira que melhor valorizar a categoria. Ela ponderou, no entanto, que não assumiria – por ora – qualquer compromisso relacionado ao modelo de pagamento para não correr o risco de descumprir algo previamente dito. Suéllen disse que tão logo fosse publicada a portaria com tais definições, a Comissão e o sindicato serão convocados para discutir a elaboração do PL e a implementação do piso.



## CULTURA: SINDICATO LEVA PAUTAS DOS TRABALHADORES AO SECRETÁRIO PAULO EDUARDO CAMPOS

A diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) se reuniu com o secretário de Cultura, Paulo Eduardo Campos, no dia 17 de agosto, para discutir assuntos relativos à pasta.

O sindicato recebeu reclamações de servidores no tocante à realização e/ou apoio da Cultura em eventos da prefeitura. Segundo os trabalhadores, a escala era

feita de maneira inadequada, sobrecarregando alguns funcionários e privilegiando outros. Além disso, eles alegaram que a secretaria não fornecia alimentação.

Paulo argumentou que a escala é feita de maneira pelos próprios servidores, atendendo às necessidades e agenda dos mesmos. Sobre a alimentação, ele disse que mesmo em eventos

de curta duração ou quando há necessidade de estender o horário de trabalho, a secretaria providencia lanches e/ou refeições.

De todo modo, o secretário se comprometeu a acompanhar as situações de modo que não ocorram erros neste sentido. O Sinserm permanecerá vigilante a fim de garantir os direitos dos trabalhadores.



## SINSERM SOLICITA PROTOCOLOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Os diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) estiveram na Secretaria de Educação no dia 17 de agosto, com uma lista de demandas a resolver, no tocante a administração infantil. O sindicato tem recebido questionamentos relativos ao protocolo de medicação e socorro das crianças nas unidades escolares e apurou, junto à Diretora de

Departamento, Cristiane Andreazza, quais são os procedimentos adotados quando há necessidade de medicar ou socorrer os alunos.

Também há reclamações sobre a comunicação dos responsáveis pelas crianças com a escola – ligações, mensagens e visitas. Além disso, há uma grande comoção pela abertura de vagas

de diretores de escola, uma vez que há concurso em andamento mas a Administração não tem feito a contratação. Por motivos de ordem pessoal, Cristiane não pode receber o sindicato. Em breve conversa elencamos as pautas e uma nova reunião deve ser agendada para que os assuntos sejam tratados de maneira resolutiva.



## DIRETORES DO SINSERM VISITAM LOCAIS QUE REALIZAM MICRODRENAGEM URBANA E CONTESTAM CONCESSÃO

Os diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) visitaram, ao longo deste mês, locais da cidade onde ocorrem microdrenagens, um sistema simples e eficiente para drenar as águas pluviais.

Eles gravaram captaram fotos e vídeos indicando estes locais e explicando o funcionamento da microdrenagem urbana, para deixar claro que o próprio Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) pode resolver o problema de alagamentos da cidade com sistemas de excelente custo benefício, sem recorrer à concessão de quaisquer de seus serviços. Os diretores também mostraram que a Administração municipal vem substituindo a identidade visual do DAE pouco a pouco, apagando as menções ao tratamento de esgoto, uma vez que pretende conceder este serviço para a exploração da iniciativa privada.





## SINSERM COBRA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PISOS SALARIAIS DA ENFERMAGEM E DO MAGISTÉRIO NAS CIDADES DA REGIÃO

Em agosto, a diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) visitou as cidades que compõem a base da entidade, para obter informações sobre a implementação dos novos pisos salariais do magistério e da enfermagem. Foram protocolados ofícios em cada um dos municípios, com questionamentos sobre o valor e o modelo de pagamento dos mesmos. Os diretores compareceram às prefeituras de Arealva, Cabralia Paulista, Jacanga, Lucianópolis, Presidente Alves e Reginópolis. O atualização dos pisos se tornou tema dos debates públicos nos últimos meses, diante das dificuldades

enfrentadas pelo governo federal para regulamentar as novas faixas salariais, ao passo que os municípios alegam falta de diretrizes e/ou recursos para realizar o pagamento. A bem da verdade, muitas cidades possuem caixa para implementar os pisos, independente de repasses externos. Em Bauru, por exemplo, o sindicato trava uma longa batalha com a Administração para que sejam pagos os novos valores, uma vez que é público e notória a saúde financeira desta. Seguiremos na luta pela valorização das categorias, de modo que ninguém fique para trás. **Piso é direito. Valorização já!**



## DIRETORIA DO SINSERM É IMPEDIDA DE VERIFICAR CONDIÇÕES DE TRABALHO EM ESCOLA DE BAURU

Em 22 de agosto, três diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) foram impedidos de verificar as condições de trabalho na cozinha da Escola Estadual Maria Aparecida Maschietto Okazaki, no bairro Vânia Maria. Apesar da escolar ser estadual, as merendeiras são funcionárias do município, cedidas pela prefeitura através de convênio com o Estado – e, portanto, representadas pelo Sinserm. O sindicato recebeu uma denúncia referente às condições laborais da unidade e ao tentar fiscalizar

o ambiente, foi impedido por uma funcionária que se identificou como diretora da escola e alegou que não receberia o sindicato por orientação da Diretoria de Ensino. O Sinserm repudia veementemente toda e qualquer atitude que impeça ou dificulte a atividade sindical. O acesso do sindicato ao ambiente de trabalho de um ou mais trabalhadores por este representado, é prerrogativa constitucional e não permitiremos que este direito seja desrespeitado. A entidade vai oficiar a Secretaria Municipal de Educação e voltará à escola.



/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO SINSERM NO FACEBOOK**



**SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!**

**Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal**

**SINSERM.COM.BR/**





## PROBLEMA NA ESCALA DE FUNCIONÁRIOS É RESOLVIDO EM ESCOLA DO SANTA EDWIRGES

A diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) esteve na Escola Estadual Maria Aparecida Maschietto Okazaki no dia 30 de agosto, para verificar as condições de trabalho e a escala de funcionários da cozinha. Os representantes da entidade estiveram na unidade no dia 22 de agosto, quando foram impedidos de adentrar o prédio. Nesta quarta a visita ocorreu de maneira tranquila, após a chegada das funcionárias da divisão de merenda da secretaria municipal de Educação.

A princípio, a visita ocorreu para

verificar um problema na escala de funcionários, reportado por um dos integrantes do quadro. Após o impedimento na primeira tentativa, o sindicato oficiou a secretaria para que orientasse as unidades escolares sobre a prerrogativa sindical de fiscalizar todo e qualquer local que aloca trabalhadores representados por este.

Cientes da questão, tão logo chegaram a escola, as diretoras de divisão informaram ao sindicato que o problema na escala já estava resolvido. De todo modo, a equipe acompanhou a diretoria do Sinserm até a cozinha, onde foi verificadas boas condições de

trabalho, bem como limpeza e organização exemplares.

Em breve diálogo entre as partes, os diretores da entidade reforçaram que a legislação federal prevê o acesso imediato do sindicato aos locais de trabalho, sem aviso prévio ou necessidade de autorização. Compreendemos que devido a escola não ser administrada pela prefeitura, possa ter ocorrido falhas na comunicação entre o Estado e o município. Reiteramos, de todo modo, que faremos cumprir as prerrogativas deste sindicato, a fim de garantir todos os direitos de seus representados.



## SINSERM PARTICIPA DE REUNIÃO PÚBLICA SOBRE O NOVO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

No dia 25 de agosto, a presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Municipal, Estela Almagro (PT), promoveu uma Reunião Pública para discutir os repasses dos recursos financeiros para o pagamento do novo piso salarial nacional da enfermagem.

Participaram da reunião representantes da categoria, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), os secretários da Saúde, Giulia Puttomatti; Administração, Cristiano Zamboni; Finanças, Everton Basílio, além dos vereadores Guilherme Berriel (MDB), Junior Lokadora (PP) e Pastor Bira (Podemos). O novo piso salarial nacional para dos profissionais da Enfermagem foi instituído pela Lei n.º 14.434/22, que

definiu R\$ 4.750,00 para enfermeiros, R\$ 3.325,00 para técnicos em enfermagem e R\$ 2.375,00 para auxiliares de enfermagem e parteiras. Segundo a legislação, cada uma dessas modalidades profissionais deverá receber o mesmo valor mínimo em todo o país.

Feitas as explanações, verificou-se que há diversas incongruências entre as compreensões da Administração municipal, do Ministério da Saúde e da própria categoria, sobre os cálculos que culminarão na atualização do piso. Ficou claro, com a participação da representante da Federação Nacional dos Enfermeiros, que este é um problema que atrapalha o pagamento dos novos valores em diversas cidades.

A vereadora Estela Almagro e os

trabalhadores argumentaram que diante dos entraves cabe a prefeitura, portanto, buscar soluções para valorizar os profissionais. Não podemos mais adiar a equalização destes valores. É hora da prefeita Suellen Rosim assumir a responsabilidade e buscar mecanismos de valorização para quem trabalha diariamente para sustentar o sistema municipal de saúde.

Como encaminhamento, a presidente da Comissão de Fiscalização e Controle apontou que serão elaborados relatórios a partir desta reunião e um novo encontro será agendado num prazo de 15 dias. Vamos acompanhar a evolução dos trabalhos, assegurando os direitos de toda a categoria.



## APÓS DOIS MESES DE ESPERA, PREFEITURA CANCELA REUNIÃO COM APOSENTADOS

A Comissão de Aposentados e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) receberam na tarde do dia 25 de agosto, um comunicado da prefeitura de Bauru, cancelando a reunião previamente agendada para o dia 29 de agosto, a fim de discutir a criação de um auxílio financeiro para a categoria.

As partes têm dialogado nos últimos meses sobre as necessidades dos aposentados, que atualmente

enfrentam dificuldades para custear despesas básicas do dia-a-dia. No último encontro, a prefeitura solicitou um prazo de dois meses para realizar os estudos de viabilidade, posterior a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pela Câmara Municipal.

Respeitando o prazo solicitado, um novo encontro foi agendado para o dia 29 de agosto. Recebemos o cancelamento com frustração, uma vez que ao longo das reuniões

anteriores, a prefeita Suellen Rosim e os secretários envolvidos nas tratativas foram enfáticos ao afirmar que se empenhariam para encontrar uma solução para a reivindicação dos aposentados. Em ofício encaminhado para o sindicato no dia 25, a chefe do Executivo alegou que uma nova reunião será agendada. O sindicato e a comissão cobrarão o compromisso assumido pela prefeita.



## EM REUNIÃO AMPLIADA, SINSERM E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DISCUTEM DEMANDAS DA PASTA

No dia 31 de agosto, a diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) esteve na secretaria de Educação, para discutir demandas da educação infantil e alimentação escolar. As diretoras de departamento Cristiane Andreazza e Franly Craveiro receberam o Sinserm junto a diretora de divisão Andrea Caricati. Ao longo dos últimos meses o sindicato tem recebido demandas específicas dos dois departamentos e tratando as questões em separado. Com o aumento do volume das solicitações, agendamos uma reunião ampliada para solucionar as pendências em definitivo.

Foram abordadas questões individuais de servidores da pasta, todas pontuadas caso a caso e encaminhadas para a solução. Além das situações particulares, o Sinserm questionou sobre os protocolos de saúde adotados em caso de surtos de doenças e/ou eventuais epidemias. Cristiane pontuou que os protocolos são indicados pela secretaria municipal de saúde, através da Vigilância Epidemiológica e acompanhados por um posto de saúde próximo a unidade escolar. Neste momento não há surtos ou epidemias nas escolas municipais. O sindicato solicitou, mais uma vez, que seja estabelecido diálogo entre o município

e o Estado no tocante as visitas às cozinhas das escolas estaduais que, por conta de convênio celebrado entre as partes, são administradas por servidores municipais. A legislação prevê o livre acesso de sindicatos e associações em locais de trabalho onde estejam alocados trabalhadores representados por estes, no entanto uma falha de comunicação entre a secretaria municipal de Educação e a Diretoria de Ensino do Estado culminou no impedimento de acesso do Sinserm a uma das escolas estaduais de Bauru. O departamento de alimentação escolar prontamente acatou a solicitação e se colocou a disposição da entidade.



**PLANTÃO DE ATENDIMENTO  
JURÍDICO – SINSERM**

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

**(14) 3227-8999 /  
(14) 3227-9122**

**contato@sinserm.com.br**

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



## EMEF JOSÉ ROMÃO SOFRE COM ABANDONO DA QUADRA E PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Em diligência realizada na EMEF Prof. José Romão em 4 de setembro, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) observou problemas crônicos na estrutura da escola. A unidade fica no bairro Nova Bauru e atende em média 650 alunos.

Dentre os problemas destacam-se a estrutura do telhado e os problemas com chuvas e alagamentos, o abandono da quadra e a falta de espaços adequados para guardar os materiais de apoio pedagógico que são enviados pela secretaria de

Educação.

Por falta de planejamento e manutenção, as áreas de convivência da escola sofrem com alagamentos em dias de chuva, uma vez que não há escoamento da água. Isso compromete o dia-a-dia das crianças e dos servidores.

A sala de leitura está tomada por materiais de apoio que são enviados com excesso pela secretaria de Educação, privando os alunos de aproveitar o espaço para de maneira adequada e obrigando os professores a utilizar a sala de maneira precária para

viabilizar seus projetos pedagógicos. Entretanto, o principal problema é a quadra poliesportiva. Um ambiente fundamental para a escola, que encontra-se inutilizado por falta de manutenção e completo abandono. Questionada pelos representantes do Sinserm, a diretoria afirmou que já solicitou reparos inúmeras vezes para reativar o espaço e projetos que até então eram realizados ali.

O Sinserm encaminhará ofício para a secretaria de Educação, solicitando reunião para tratar ponto a ponto das decessidades da escola.





Foto: Matheus Matos

## QUANDO O DÉFICIT DA FUNPREV INTERESSA À PREFEITURA

Em entrevista concedida ao programa Cidade 360°, da rádio 96FM, o secretário de Finanças de Bauru, Everton Basílio, afirmou no dia 24 de agosto, que Bauru pode perder a capacidade de investimento por conta do rombo na Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev). A alegação também foi pauta de matéria publicada pelo repórter André Fleury Moraes, no dia 25 de agosto, no Jornal da Cidade.

O alarde, no entanto, chama a atenção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) por tratar a questão com um olhar conveniente à Administração municipal. Por que o déficit da Funprev só é citado quando o assunto é investimentos para a cidade ou concessão de direitos aos servidores? É público e notório que há, de fato,

um desequilíbrio grave na Fundação, entretanto não precisa ser especialista para saber que a saúde financeira da mesma só vai melhorar através de novas contratações. A Funprev se mantém, basicamente, através da contribuição previdenciária do quadro de funcionários do município, da quota patronal da previdência – que vem da prefeitura – e de investimentos no mercado financeiro. Também é de conhecimento público que o caixa da prefeitura vai muito bem, fato citado pelo próprio secretário. Então por que a Administração não preenche contrata mais profissionais e soluciona dois problemas ao mesmo tempo: o déficit da Funprev e a falta de servidores que trabalham pela população? Sim porque basta conversar com qualquer servidor público municipal ou cidadão

da sociedade civil para saber que falta profissionais em todos os equipamentos públicos. Isso resulta em sobrecarga aos que estão na ativa e serviços prestados de maneira ineficiente aos bauruenses. É preciso lembrar que na Saúde, por exemplo, a atual gestão radicalizou a contratação de Organizações Sociais (OSs) para administrar o Programa Saúde da Família (PSF). Na prática, terceirizou a mão de obra. E funcionários terceirizados não contribuem para a Funprev. Aí a conta não fecha mesmo.

Precisamos estabelecer um diálogo sério e franco. Enquanto a prefeitura se esconde atrás do déficit da Funprev, os servidores aguardam a regulamentação de seus direitos reconhecidos por lei e a população sofre nas filas do serviço público.



## POR QUE SE FILIAR AO SINSERM?

A filiação é o primeiro passo na luta pela valorização dos trabalhadores. É através da filiação que o profissional autoriza ser representado pela entidade de classe nas disputas por direitos trabalhistas e laborais. Todas as mobilizações organizadas pelo Sinserm são financiadas pela contribuição de cada filiado. A estrutura de uma greve e/ou paralisação, por exemplo, demanda contratação de carro de som, elaboração de faixas e cartazes, anúncios em rádios e jornais, etc. Tudo que está envolvido na luta dos trabalhadores é viabilizado pelas contribuições dos filiados.

Além de fortalecer a luta, os filiados têm direito automaticamente a uma série de benefícios. São inúmeros convênios com descontos que chegam a 50% do valor integral para filiados ao Sinserm. Academias, lojas diversas, dentistas, psicólogos,

fisioterapeutas, auto escolas, são apenas alguns dos exemplos de serviços aos quais os associados ao sindicato têm acesso.

O principal serviço utilizado pelos servidores é a assessoria jurídica. Você sabia que filiados ao Sinserm têm direito a assessoria jurídica 100% gratuita? Todos os custos desde a primeira consultoria, até o fim de um processo, são custeados pelo sindicato. O Sinserm possui uma história de processos vitoriosos, coletivos e individuais, grandes e pequenos. Nossos filiados não desembolsam qualquer valor na batalha pelos seus direitos.

**Junte-se a nós!  
Filie-se ao Sinserm  
e fortaleça a luta  
dos trabalhadores.**

## Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

